



## CRE vai debater com Patriota crise no Oriente Médio

Audiência pública deverá tratar da situação dos milhares de brasileiros nas nações da região e dos efeitos da crise para o país

Romy Rood/Wikipedia

Cairo viveu 18 dias de protestos até que Hosni Mubarak renunciou, em 11 de fevereiro, à Presidência do Egito, ocupada por ele desde 1981



**A** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem o envio de convite ao chanceler Antonio Patriota para debater a crise política que atinge diversos países do Oriente Médio. Autor do requere-

rimento, Pedro Simon alertou para a "preocupante situação de emergência instalada naqueles países", bem como para a condição de milhares de brasileiros que vivem na região e os efeitos da crise para o Brasil. **3**

Paulo Paim coordena reunião com ONG Rodas da Paz: pedidos de mais educação no trânsito



J. Freitas/Senado Federal

### CDH recebe manifesto de ciclistas

Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do projeto do Estatuto do Motorista, recebeu ontem representantes da

ONG Rodas da Paz, que solicitaram apoio a projetos de interesse dos ciclistas e punições mais severas aos autores de crimes de trânsito. **4**



Carlos Humberto/SCQ/STF

Sarney cumprimenta Luiz Fux, novo ministro do Supremo Tribunal Federal

### Fux leva grande experiência ao STF, diz José Sarney

O presidente do Senado participou ontem, no STF, da cerimônia de posse do ministro Luiz Fux, que assumiu a vaga deixada, em agosto, por Eros Grau. "É um magistrado de carreira, com uma longa

experiência, um jurista com muitos livros publicados", observou José Sarney.

Luiz Fux vai participar de decisões sobre temas polêmicos, como a aplicação da Lei da Ficha Limpa e o caso Cesare Battisti. **2**

### Maior crescimento do PIB desde 1986 entusiasma senadores

O salto de 7,5% da economia em 2010 colocou o Brasil entre os que mais crescem no mundo, apontou José Sarney. Gleisi

Hoffmann e João Pedro atribuíram os resultados ao governo Lula. Vanessa Graziotin lamentou aumento dos juros. **5**

### Trabalho conjunto para fazer a reforma política **7**

### Marta destaca importância de pesquisa do DataSenado **4**

### Comissão aprova embaixadores para África do Sul e Bélgica

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de Pedro Luiz Carneiro de

Mendonça para o cargo de embaixador na África do Sul e de André Mattoso Maia Amado, na Bélgica. **3**

Presidente do Senado participa de posse do novo ministro do Supremo e destaca carreira do magistrado, que teve vários livros publicados

# Sarney diz que Fux leva vasta experiência ao STF

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, compareceu ontem à posse do 11º ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que assumirá a vaga deixada por Eros Grau, aposentado em agosto de 2010, e é o primeiro magistrado indicado pela presidente Dilma Rousseff para a corte.

Para Sarney, Fux tem muita experiência e fará um grande trabalho no STF.

– É um magistrado de carreira com uma longa experiência, um jurista com muitos livros publicados. Vai com uma grande bagagem para o Supremo e deve fazer uma grande presença na casa – disse.

Na solenidade, que durou pouco mais de 15 minutos, Fux leu o compromisso de posse, prometendo “cumprir os deveres do cargo respeitando a Constituição e as leis da República”.

Luiz Fux vai participar, no STF, da votação de temas polêmicos, como a aplicação da Lei da Ficha Limpa; a extradição ou permanência do ativista italiano Cesare Battisti no Brasil; e o caso do “mensalão”, esquema de corrupção denunciado em



Luiz Fux (D) tomou posse em solenidade com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, ladeando o ministro Cezar Peluso, ao centro

2005 pelo qual parlamentares receberiam dinheiro em troca de apoio político ao governo.

Entre as dezenas de convidados presentes à solenidade, estiveram o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS); os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Justiça, José Eduardo Cardozo; os presidentes dos quatro outros tribunais

superiores (STJ, STM, TST e TSE); o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), estado de origem do ministro Fux; presidentes de tribunais de justiça; ministros aposentados da Suprema Corte; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; e membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Carreira

Luiz Fux nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 26 de abril de 1953, é casado, pai de dois filhos e formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Foi ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos últimos dez anos e já exerceu os cargos de juiz do Tribunal de Justiça do

Rio de Janeiro (TJ-RJ), juiz eleitoral e do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, e desembargador do TJ-RJ. Também já atuou no Ministério Público.

Ele é o quarto ministro do STJ a ser indicado para a Suprema Corte, e foi antecedido pelos ministros Carlos Velloso, Ilmar Galvão e Carlos Alberto Menezes Direito.

## Site do Senado ficará fora do ar neste sábado

Amanhã, a página do Senado na internet ficará fora do ar em virtude de interrupção no fornecimento de energia elétrica no prédio em que está situada a Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

O motivo é a instalação de um sistema que permitirá ao Corpo de Bombeiros desligar totalmente a energia do prédio, em caso de emergência. O tempo previsto para o serviço é de 24 horas. Ao final, o site voltará a funcionar normalmente.

A implantação desse sistema é uma norma de segurança exigida pela Companhia Energética de Brasília (CEB).

Aproveitando o desligamento da sua rede elétrica, o Prodasen realizará serviços que exigem a interrupção do fornecimento de energia. Segundo o diretor da Secretaria de Engenharia, Adriano Bezerra de Faria, também será desativada a rede do Anexo II do Senado, para a realização de serviços como a manutenção preventiva nos quadros elétricos. Faltará energia nesses locais amanhã, das 8h às 18h.



Rollemberg: “Média baixa de inclusão digital encobre desigualdades extremas”

## Rollemberg quer incluir acesso à internet como direito social

O precário acesso de estudantes pobres, negros e moradores de regiões menos desenvolvidas do país à internet motivou o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC 6/11) estabelecendo a inclusão digital como direito social.

Apesar de registrar avanços em suas redes de telecomunicações, o Brasil ocupava, em 2008, a 69ª posição entre 193 países com acesso à internet listados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). O Brasil, com apenas 17,2% de sua população, à época, inserida no mundo virtual, perdia posição em relação

à Argentina (17,8%), Uruguai (20,6%) e Chile (28,9%).

– O pior é que essa média baixa de inclusão digital encobre desigualdades extremas – alerta Rollemberg, na justificativa da proposta.

Levantamento realizado pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, em 2007, constatou que apenas 13,3% dos negros usavam a internet, realidade presente entre 28,3% dos brasileiros brancos. As disparidades regionais também se reproduzem nessa área. Enquanto o índice de acesso chegava a 26,6% no Sul, limitava-se a 11,9% no Nordeste, lembra o senador.

## Mesa decide adiar obras e nomear mais concursados

O 1º secretário da Mesa, Cícero Lucena (PSDB-PB), informou ontem o adiamento de obras que o Senado deveria iniciar neste ano, entre as quais a construção de novo almoxarifado e de uma passarela subterrânea ligando o arquivo ao prédio da gráfica.

De acordo com o senador, a medida não guarda relação com a recente decisão do governo federal em cortar despesas da ordem de R\$ 50 bilhões, pois a iniciativa do Executivo não afeta despesas do Senado. “adiamento tem a ver com a preocupação e a responsabilidade de se gastar bem”, comentou.

A Mesa também decidiu autorizar a contratação de mais 12 concursados para a área de Comunicação

Social, onde ainda há terceirizados atuando. Todos já passaram por processo de capacitação e devem ser nomeados antes do esgotamento do prazo do concurso.

O 1º secretário também participou de audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, e o presidente do Senado, José Sarney. No encontro, houve entendimentos para que o TCU passe a acompanhar preventivamente as licitações do Senado, em vez de atuar apenas quando os processos já tiverem sido concluídos.

– É muito melhor adotarmos essa postura inicial em qualquer processo do que verificar depois que houve algo errado – observou.

## Jornal em papel reciclado integra esforço global

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou ontem a importância para o meio ambiente de se usar papel reciclado na impressão do **Jornal do Senado**. A primeira edição no novo papel foi publicada terça-feira, 1º de março.

– Com a substituição do papel comum na impressão do **Jornal do Senado**, a Casa se

integra ao esforço global de colaborar com a redução de gastos dos recursos da natureza – afirmou Sarney.

A mudança marca mais uma etapa da consolidação do programa Senado Verde, que desde 2007 auxilia a administração em projetos e ações para a boa gestão ambiental da Casa. Entre as vantagens

do uso do papel reciclado, está a economia de energia e de água, além da redução do lixo, da poluição e do número de árvores derrubadas.

Não é a primeira vez que o jornal circula em papel reciclado. Sua edição semanal foi publicada nesse papel de setembro de 2008 a dezembro de 2009, quando deixou de circular.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão de hoje não tem votações

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. É destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Wilson Santiago (PMDB-PB).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



André Maia Amado (E), senador Pedro Simon e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

## Embaixador celebra ingresso da África do Sul no Bric

O ingresso da África do Sul no Bric – bloco que reúne atualmente Brasil, Rússia, Índia e China – dará um novo impulso ao grupo, segundo o futuro embaixador brasileiro em Pretória, Pedro Luiz Carneiro de Mendonça. Sua indicação para o posto recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), assim como a de André Mattoso Maia Amado para o cargo de embaixador brasileiro na Bélgica.

– O ingresso da África do Sul vai reconfigurar os Brics. Se antes o critério para a inclusão no grupo era só econômico, agora é geopolítico – afirmou.

A entrada do novo membro ocorrerá durante a próxima cúpula do Bric, prevista para abril, na China. E coincidirá com a primeira viagem à Ásia da presidente Dilma Rousseff, justamente para participar da reunião.

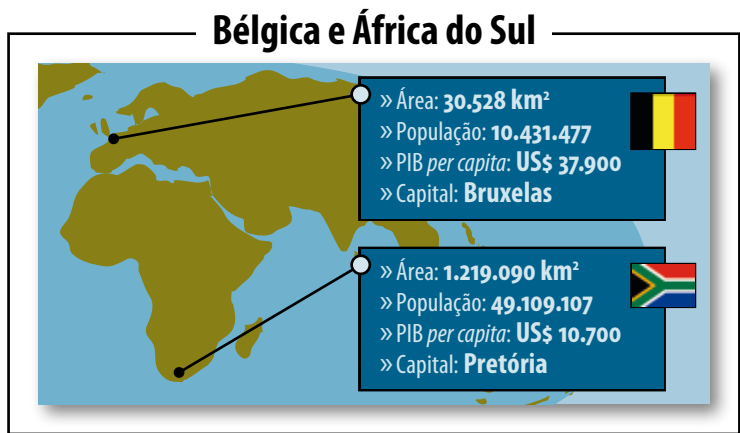
Ao apresentar seus planos, Carneiro de Mendonça informou que ciência, tecnologia e inovação estarão entre as prioridades do relacionamento bilateral.

A necessidade de investimento nesses setores também foi mencionada pelo embaixador designado para a Bélgica. O comércio bilateral, observou, tem registrado um movimento médio anual de US\$ 5 bilhões, mas ainda prevalecem os produtos primários.

– Existe um índice muito preocupante de ausência de valor agregado de nossas exportações. Temos que fazer um investimento importante em inovação.

### Debates

Na reunião, presidida por Pedro Simon (PMDB-RS), Luiz Henrique (PMDB-SC) também lamentou que o Brasil ainda concentre suas exportações em *commodities*. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, relatou experiência de sucesso do programa de renda básica na Namíbia, enquanto Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o Brasil poderia reduzir seu superávit comercial com a África do Sul, que ultrapassou os US\$ 800 milhões em 2009. Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiaram a atual política externa brasileira e a aproximação com a África. Jorge Viana (PT-AC) apontou a necessidade de se preparar um “novo salto” na relação com o continente africano, enquanto João Pedro (PT-AM) demonstrou preocupação com a quantidade de brasileiros vivendo de forma irregular na Bélgica. Os dois embaixadores aprovados, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), são nomes que “honram as tradições do Itamaraty”. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou a crise política na Bélgica, que está há nove meses sem governo.



Por sugestão do senador Pedro Simon, ministro das Relações Exteriores avalia situação de instabilidade nos países árabes e dificuldades dos brasileiros que vivem na Líbia

## Patriota virá à CRE debater a crise no Oriente Médio

A CRISE POLÍTICA que atinge diversos países no Oriente Médio será o tema do primeiro debate do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento de convite ao ministro, apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado ontem pela comissão.

O ministro discutirá com os senadores “a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e

as consequências nas relações desses países com o Brasil”. O senador ressaltou as dificuldades encontradas por brasileiros residentes na Líbia – onde se encontra atualmente o maior foco de instabilidade na região – para deixar as áreas de conflito entre forças rebeldes e tropas aliadas ao líder Muamar Kadafi.

– É preocupante a situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, bem como a situação dos milhares de brasileiros naquelas nações, além do impacto e das consequências nas relações desses países com o

Brasil – ponderou Simon.

Durante a reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou os esforços do governo brasileiro na busca de uma solução pacífica para os conflitos políticos no Oriente Médio. Ele condenou a atitude de Kadafi de determinar o bombardeio por aviões líbios de manifestantes contra seu governo.

– Conclamamos a resolução pacífica dos problemas e esperamos que o povo líbio supere suas dificuldades. Mais de 110 mil líbios já deixaram seu país em busca de segurança – observou.



Crivella: “Preciosa referência”

## Crivella elogia Plano Nacional de Mineração

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) congratulou-se ontem com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pelo lançamento do Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) e pelo anúncio de que, entre os próximos passos do governo, estão a criação da Agência Nacional de Mineração e do Conselho Nacional de Política Mineral, a consolidação do marco regulatório da mineração, a mudança na sistemática de outorga dos títulos de exploração e a aprovação de uma nova política de *royalties* para o setor.

– Este documento, erigido com base em princípios salutar e competentes, certamente se tornará, na medida de sua efetiva implantação, uma preciosa referência para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro – afirmou o senador.

## Brasil está preparado para crise de petróleo, diz Wilson Santiago

O Brasil é um dos países mais bem preparados para enfrentar crises de preço ou de produção de petróleo, afirmou Wilson Santiago (PMDB-PB). Segundo o senador, em momentos como o atual – após a onda de revoltas nos



Wilson Santiago

países produtores do Oriente Médio –, o risco de uma crise de fornecimento de petróleo pode afetar países que têm dependência do produto e até mesmo toda a economia mundial.

– Um efeito imediato e, nesse caso, previsível da crise foi o aumento do preço do barril de petróleo. A alta, por enquanto, não é das mais alarmantes, mas já deixou em alerta os principais

mercados mundiais, como a Europa, os Estados Unidos e mesmo o Brasil – assinalou.

Santiago lembrou que o Brasil descobriu reservas gigantescas de petróleo na camada pré-sal, que poderão colocar o país

em uma posição relativamente confortável em relação ao abastecimento futuro. Ele também destacou a matriz energética limpa, baseada em hidrelétricas, e a diversificação que começou nos anos 1970 com o Proálcool.

– Mesmo com a descoberta dos campos de pré-sal, não arrefecemos nos esforços pela descoberta de alternativas limpas – afirmou.

## Ferraço pede explicações à ANP sobre exclusão do Espírito Santo

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ter feito um pedido formal à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que explique as razões para a exclusão do Espírito Santo da 11ª rodada de licitações de áreas de exploração de petróleo. Segundo o senador, é a segunda vez que seu estado fica de fora, o que pode trazer sérios prejuízos.

O senador relatou que o Es-

pírito Santo deve chegar ao fim deste ano com uma produção de 300 mil barris de petróleo por dia, além de dispor de capacidade instalada para a produção de 20 milhões de metros cúbicos de gás.

– Se não há motivos tecnicamente fundamentados para exclusão do nosso estado, é preciso rever uma definição injusta e descabida como essa.

## Comissão vai analisar situação de haitianos no país

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa, composta por cinco senadores, para averiguar a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e em outros estados da Amazônia. A comissão avaliará medidas a serem tomadas quanto à proteção e à regularização migratória, tendo em vista que 76 haitianos já chegaram ao Acre e pediram refúgio no Brasil desde abril de 2010, três

meses após o terremoto que devastou o seu país. Os dados são da Superintendência da Polícia Federal.

De autoria dos senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, ambos do PT do Acre, o requerimento pôde ser votado por tratar de matéria de cunho administrativo e, nessa condição, não ter sua tramitação suspensa pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/11, oriundo da Medida Provisória (MP) 507/10, que tranca a pauta e

prevê sanções para a violação de sigilo fiscal na administração pública.

Os dois senadores afirmam que as autoridades do Acre estão buscando resolver a situação em parceria com a Polícia Federal, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e a Igreja Católica. Eles avaliam, no entanto, que o problema extrapola os limites regionais e exige articulação com o governo federal e organismos internacionais.

## Suplicy volta a defender soltura de Cesare Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender ontem a inocência do italiano Cesare Battisti, condenado por quatro homicídios na Itália. Ele mencionou artigo do professor Luís Roberto Barroso publicado na segunda-feira pela *Folha de S. Paulo*.

Suplicy endossou a tese de Barroso, segundo a qual Battisti não teve direito ao devido processo legal. Para o senador, Battisti não foi “devidamente defendido” em seu



Eduardo Suplicy afirma ter estudado o caso Battisti em profundidade

juízo.

– Formei a minha convicção de que Battisti não cometeu os quatro assassinatos pelos quais está se querendo extraditá-lo para a Itália – afirmou.

Senadora celebra resultados de pesquisa do DataSenado indicando que 81% das entrevistadas denunciariam caso testemunhassem um ato violento contra uma mulher e que 63% das agredidas registrariam queixa na polícia

# Marta elogia postura das mulheres em relação à violência doméstica

PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA doméstica realizada pelo DataSenado apurou que 81% das entrevistadas denunciariam caso presenciassem ato de violência sendo praticado contra uma mulher. Ao destacar que o levantamento colheu respostas apenas de mulheres, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse que o resultado demonstra que está ocorrendo uma mudança profunda no comportamento da mulher no Brasil.

– Essa informação me deixa bastante entusiasmada, já que revela que a maioria das mulheres não está mais disposta a entender a violência doméstica como um assunto particular da vida dos casais. É preciso denunciar, levar essa grave ferida para além da porta de casa. É um problema que o Estado precisa participar – afirmou.

Marta Suplicy informou que, segundo a pesquisa, 63% das entrevistadas revelaram que procurariam a polícia para denunciar



Waldemir Barreto/Senado Federal

Marta diz que é preciso “levar essa grave ferida para além da porta de casa”

a agressão e 24% registrariam a denúncia nas delegacias de atendimento à mulher. Marta comemorou que quase 90% não recorreriam inicialmente a amigos e familiares, mas buscariam ajuda policial.

A senadora disse que as mulheres cada vez mais têm consciência de que é necessária a intervenção do Estado para resolver o problema da violência doméstica. Dessa forma, ela

defendeu a implementação de políticas públicas eficientes para permitir que as mulheres denunciem possíveis agressões sem pôr em risco sua integridade física.

Na avaliação da parlamentar, a Lei Maria da Penha contribuiu decisivamente para que as mulheres mudassem o comportamento no sentido de passar a denunciar a agressão. A própria pesquisa do DataSenado, acrescentou a senadora, revelou que

o nível de conhecimento das mulheres sobre a lei cresceu 15% nos dois últimos anos, alcançando a marca de 98%.

## Realidade difícil

Em aparte, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) constatou que a realidade atual ainda é triste e constrangedora para as mulheres, apesar de ter melhorado. Ela citou como um dos avanços o próprio fato de estarem sendo feitas pesquisas sobre o mundo feminino, das suas aspirações e dos problemas que enfrenta, como a violência e o desrespeito. A senadora elogiou Marta Suplicy por ter sido uma das precursoras na defesa da mulher.

– Devemos muito a Vossa Excelência e a outras mulheres que também ousaram, em um momento que era muito difícil. Falar sobre a questão da mulher era quase como falar de uma política de gueto – afirmou Gleisi Hoffmann.

## DataSenado: aumenta nível de informação

Segundo novos dados divulgados pelo DataSenado, o nível de conhecimento das mulheres sobre a Lei Maria da Penha cresceu consideravelmente nos últimos dois anos. De 1.352 mulheres ouvidas em fevereiro, 98% disseram conhecer a lei, que aumentou o rigor nas penas para agressões domésticas e criou instrumentos para proteção da mulher ameaçada ou agredida. Há dois anos o índice era de 83%. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) foi sancionada em agosto de 2006.

O DataSenado também constatou que a maioria absoluta das entrevistadas (81%) não pensaria duas vezes para denunciar um ato de agressão contra uma mulher: 63% procurariam uma delegacia de polícia comum, enquanto 24% dariam preferência à delegacia da mulher. Quem já usou os serviços da delegacia especializada gostou do atendimento (54% acharam ótimo/bom, e 24%, regular).

O percentual de mulheres que declararam já ter sido vítimas de algum tipo de violência foi igual ao registrado em 2009: 19% ou cerca de uma em cada cinco.

## Vanessa quer proibir suspensão de processos

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que são necessárias mudanças para que a eficácia da Lei Maria da Penha seja completa. Ela pediu tramitação de urgência ao projeto (PLS 49/11) que modifica a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95).

Apresentada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta deixa mais clara a

proibição de se suspender, em caráter condicional, os processos relativos aos crimes previstos na Lei Maria da Penha, ainda que o Ministério Público tente fazê-lo.

Vanessa afirmou que o Dia Internacional da Mulher é uma data para comemoração, mas também para reflexão e de luta pela igualdade de gêneros.

– Quanto maior e mais igual

for a participação das mulheres em todos os segmentos da sociedade, mais justa ela será – afirmou.

A senadora lamentou que o desemprego ainda seja maior entre as mulheres, principalmente as negras, mas admitiu que na segunda parte da década de 1990 mulheres do mundo inteiro conquistaram importantes garantias.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa: sociedade mais justa é uma sociedade mais igual para mulheres

## “CDH estará a serviço dos ideais de cada cidadão”

Paulo Paim (PT-RS), eleito mais uma vez para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), afirmou que vai continuar a luta pelo respeito aos direitos humanos, a valorização dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais e o combate a injustiças e discriminações.

A CDH foca seu trabalho na melhoria da vida das pessoas e na construção de uma sociedade mais justa, disse ele.

Na visão de Paim, a defesa dos direitos humanos envolve temas ligados à saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, meio ambiente, liberdade sexual e salários e aposentadorias decentes.

– [A CDH] É um canal para que os ideais e os sonhos de cada um possam se tornar realidade – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Projeto foi sugerido por estudantes de Direito de Vitória, disse Ana Rita

## Ana Rita atribui a estudantes autoria de projeto

A senadora Ana Rita (PT-ES) elogiou ontem os estudantes Filipe Segall e Waykson Cerqueira, da Faculdade de Direito de Vitória, pela ideia do Projeto de Lei do Senado (PLS) 45/11, que torna a contratação de pessoas com deficiência requisito para a habilitação de empresas em processos de licitação pública.

O PLS 45/11 foi apresentado pela senadora no mês passado,

por sugestão dos estudantes. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com Ana Rita, seu projeto foi gerado dentro do Programa de Proposição Legislativa da faculdade, que visa aproximar o meio acadêmico da esfera pública e ampliar o diálogo entre o Legislativo e os alunos, possibilitando o aper-

feiçoamento legislativo e o grandecimento acadêmico dos futuros bacharéis de Direito.

– Ver jovens estudantes direcionando seu olhar para causas sociais é o reforço da esperança de que a preocupação com o ser humano, com o próximo, ainda existe e se perpetua, e que a vida moderna, tão individualista, não está contaminando nossos jovens – afirmou a senadora.

## Paim recebe manifesto de ciclistas

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), recebeu ontem representantes da ONG Rodas da Paz, que estiveram no Senado para solicitar apoio para a aprovação de projetos de interesse dos ciclistas e mobilizar o parlamento por uma punição mais severa aos autores de crimes de trânsito.

A ONG, criada em 2003, é um movimento que promove a busca por um trânsito mais seguro. A decisão de recorrer ao Senado foi tomada em razão do atropelamento de dezenas de ciclistas que transitavam no centro de Porto Alegre pelo servidor público Ricardo Neis, no dia 25 de fevereiro.

– Eles vieram pedir mais educação no trânsito, mais fiscalização e campanhas educativas, porque o trânsito, hoje, é a

arma que mais mata – disse o senador.

Autor de projeto que institui o Estatuto do Motorista (PLS 271/08), Paim afirmou que deverá formular também um capítulo com penalidades mais severas para os motoristas que cometerem infrações graves no trânsito.

Ele prometeu ainda solicitar agilidade na tramitação da proposta ao senador Eduardo Amorim (PSC-SE), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de lei da Câmara (PLC 166/10) que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A vice-presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), assinalou o alto custo dos acidentes e mortes para a sociedade e para o Estado e a necessidade de planejamento das cidades para garantir o direito das pessoas de ir e vir.



Genildo Magalhães/Senado Federal

Paulo Paim (C) coordena reunião com ONG Rodas da Paz: pedidos de mais educação no trânsito

# Senadores comemoram anúncio de crescimento recorde da economia

O crescimento recorde do produto interno bruto (PIB) brasileiro no ano passado, de 7,5%, foi comemorado por diversos senadores no Plenário, ontem. Para o presidente José Sarney, a notícia mostra

que o Brasil já ocupa a faixa dos países que mais crescem no mundo. Gleisi Hoffmann atribuiu o bom resultado às políticas implementadas pelo governo Lula, em especial a opção pela distribuição de renda, fato também destacado

pelo senador João Pedro. Vanessa Grazziotin celebrou os números anunciados, mas lamentou a elevação dos juros básicos definida pelo Banco Central. Segundo ela, está claro que a instituição quer frear a economia.

## Sarney celebra expansão para nova faixa

Ao chegar ontem ao Senado, o presidente da Casa, José Sarney, comentou a divulgação da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2010. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira cresceu 7,5% no ano passado, alcançando, em valores correntes, R\$ 3,675 trilhões. A expansão anual foi a maior desde 1986, quando também variou 7,5%.

– Isso para nós brasileiros é muito bom, porque mostra que estamos crescendo e começamos a atingir uma faixa que é a faixa dos países que mais crescem – assinalou.

Para Sarney, o crescimento da economia mostra que foi acertada a aprovação da lei que define a política de valorização do salário mínimo até 2015.

De acordo com o texto, a recomposição dos valores se dará pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses anteriores à correção, mais a taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes.

– Era essa nossa argumentação desde o princípio, de que nós teríamos um PIB alto e que esse valor seria incorporado ao salário mínimo – disse o presidente do Senado.



Ênfase na distribuição de renda manteve economia aquecida, diz a senadora

## Para Gleisi, há prova do acerto da política econômica de Lula

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou o crescimento de 7,5% obtido pela economia brasileira, o maior dos últimos 24 anos. Ela atribuiu a consolidação do recorde às políticas adotadas pelo governo Lula (2003-2010), lembrando que o produto interno bruto do país é hoje de R\$ 3,6 trilhões.

Gleisi observou que em 2008 houve uma das maiores crises financeiras mundiais e que ainda assim o Brasil cresceu 5,1%, graças à adoção de política de gestão macroeconômica voltada à distribuição de renda.

A senadora ressaltou ainda que o aumento da oferta de crédito à pessoa física, à indústria e à construção civil, associada à baixa das taxas de juros, ajudou na manutenção de investimentos do governo e da iniciativa privada, com amparo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Gleisi Hoffmann também destacou que, pela primeira vez, o Brasil passou a contar com uma política de valorização do salário mínimo, que desde 2007 vem sendo reajustado pela inflação mais a variação do PIB. Ela lembrou os investimentos feitos pelo governo em programas sociais, o que possibilitou a retirada de milhões de pessoas do estado de miséria e a sua inserção no mercado de consumo.

Por fim, a parlamentar disse que o país não pode admitir a volta da inflação, mas defendeu a manutenção de gastos do governo em projetos sociais e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Vanessa também elogia, mas critica alta de juros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também destacou em Plenário o anúncio dos números do PIB de 2010 e lembrou que, agora, o Brasil subiu no ranking das economias mundiais.

– Nós somos, a partir desse anúncio, considerados a sétima economia do mundo – comemorou.

Vanessa assinalou que, mesmo sendo importante, a notícia precisa ser analisada com toda a cautela, pois os números remetem a uma reflexão, não apenas do que se passou com a economia brasileira, mas do que deverá acontecer nos próximos meses.

– Essa é uma notícia alvissareira, importante. Entretanto, penso que ela tem a sua comemoração um pouco nublada por outra decisão tomada no dia de ontem pelo Comitê de Política Monetária, que fez com que as taxas básicas de juros subissem em 0,5 ponto percentual, ou seja, de 11,25 para 11,75 – alertou.

Para a senadora, isso significa que o Banco Central continua disposto a frear o crescimento da economia, o que, em seu entendimento, não é bom. Ela observou que o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez questão de deixar claro que a economia não está superaquecida, pois os dados do PIB são relativos a 2010, quando o mundo e o Brasil acabavam de sair da crise financeira. O ministro também ressaltou que a economia teve um crescimento maior por conta da queda dos anos anteriores, quando houve estagnação do PIB.

– Seria muito bom que continuássemos com os percentuais, com os índices alcançados em 2010, para possibilitar a recuperação dos salários dos trabalhadores e assim melhorar a qualidade de vida de todos e de todas, e para gerar mais empregos – afirmou.



João Pedro comemora crescimento do PIB e da indústria no governo Lula

## João Pedro destaca anúncio de reajuste no Bolsa Família

O reajuste dos benefícios do Bolsa Família e o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 7,5%, em 2010, foram comemorados por João Pedro (PT-AM).

O senador saudou a decisão da presidente Dilma Rousseff sobre o Bolsa Família, afirmando que “o governo Lula não criou a pobreza, a miséria, esse apartheid, mas criou uma política social de transferência de renda como política de Estado, sem ter medo de transferir esses recursos”.

Ao defender o programa do governo, que atende atualmente 12,9 milhões de famílias, João Pedro disse que, desde o fim da escravatura, que criou graves problemas sociais pela falta de ações voltadas para os libertos, as elites governantes do Brasil não implantaram uma política pública para combater a miséria e a pobreza.

Para o senador, o índice de crescimento do PIB em 2010, que ficou em 5º lugar entre os países do G-20, e o crescimento da indústria em 10,1% no período, são dados que confirmam uma estabilidade econômica, social e política.

Em aparte, Wellington Dias (PT-PI) informou que seu estado tinha uma das maiores participações proporcionais no programa Bolsa Família, mas que por meio de parcerias com o Sebrae conseguiu reduzir esse percentual. E Ricardo Ferraço (PMDB-ES) salientou que o atual modelo conseguiu conciliar crescimento econômico com desenvolvimento humano. Ele citou o Espírito Santo onde, segundo disse, 600 mil pessoas ingressaram na classe média por meio dessas políticas públicas.

## 2010: Brasil foi o terceiro que mais cresceu

O crescimento de 7,5% do produto interno bruto (PIB) em 2010 com relação a 2009 – a maior alta desde 1986 – colocou o Brasil em terceiro lugar entre os países que cresceram no ano passado, ficando atrás apenas da China e da Índia, que alcançaram 10,3% e 8,6% de crescimento nesse período. Como o Brasil, esses países pertencem ao grupo denominado Bric, também composto pela Rússia.

Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizam o PIB de 2010 em valores totais de R\$ 3,675 trilhões. Aparentam também o crescimento do PIB *per capita* dos brasileiros (divisão do PIB total pelo número de habitantes do país), que foi de R\$ 19.016 em 2010 – alta de 6,5% com relação ao ano anterior.

Dados divulgados pelo Banco Mundial indicam ainda que, entre os Brics, o PIB *per capita* do Brasil, por paridade de poder de compra, atingiu US\$ 10,3 mil no último trimestre do ano passado. A Rússia registrou, no mesmo período, um PIB *per capita* de US\$ 15,1 mil, vindo em seguida a China, com US\$ 6,6 mil, e a Índia, com US\$ 3,1 mil.

O crescimento do PIB, de acordo com o IBGE, foi proporcionado, entre outros fatores, pelo bom desempenho dos principais segmentos da economia: a indústria (setor secundário) cresceu 10,1%; a agropecuária (setor primário) cresceu 6,5%; e o setor de serviços (setor terciário) atingiu 5,4%.

Abaixo, tabela com percentuais de desempenho do PIB em 2010 em países e regiões, por ordem de grandeza, conforme dados do IBGE.

PAÍS/REGIÃO	PIB (%)
China	10,3
Índia	8,6
<b>Brasil</b>	<b>7,5</b>
Coreia do Sul	6,1
México	5,5
<b>média mundial</b>	<b>5,0</b>
Japão	3,9
Rússia	3,8
Alemanha	3,6
EUA	2,9
União Europeia	1,7
França	1,5
Portugal	1,4
Reino Unido	1,4
Itália	1,1
Espanha	-0,1
Grécia	-4,5



Luiz Henrique defende implantação de um novo pacto federativo

## Luiz Henrique: descentralização incentiva o desenvolvimento

A viagem do escritor, historiador e advogado francês Alexis de Tocqueville às Américas do Sul e do Norte, relatada em obra de 1835, foi citada por Luiz Henrique (PMDB-SC) para mostrar o papel da descentralização econômica no desenvolvimento.

De acordo com o senador,

Tocqueville previu que os Estados Unidos seriam uma potência mundial, porque descentralizaram o poder, enquanto as nações sul-americanas teriam dificuldades de desenvolvimento, pois centralizaram não só o poder, mas também a arrecadação de impostos.

Para Luiz Henrique, um novo pacto federativo é o tema mais relevante para o desenvolvimento do país.

– O Brasil já seria, sem dúvida nenhuma, um país de primeiro mundo, se tivesse estruturas descentralizadas – afirmou.

O senador afirmou que “a

grande tragédia brasileira” é a divisão do bolo tributário: a União arrecada 63% do total, cabendo aos estados 23,5% e aos municípios 13,5%. Em 1965, comparou, essa divisão era de 54,8% dos recursos para a União, 35% para os estados e 10% para os municípios.

## Ferraço elogia política de reajuste do salário mínimo

O Congresso Nacional assegurou a continuidade da recuperação do poder de compra de milhões de brasileiros ao aprovar o novo valor do salário mínimo e sua política de reajustes anuais, avaliou ontem o senador Ricar- do ferraço (PMDB-ES).

Caminho semelhante deve ser trilhado em relação às perdas acumuladas dos contribuintes no Imposto de Renda (IR), afirmou. De acordo com dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a defasagem entre a correção da tabela do IR e a inflação é de 64% acumulados nos últimos 15 anos.

O governo federal, entretanto, está propondo uma correção da tabela do IR em 4,5% este ano, enquanto as centrais sindicais defendem 6,47%.

– Muito mais importante que essa queda de braço é a adoção de uma política de médio ou longo prazo que dê ao contribuinte segurança para planejar seu orçamento e reaver as perdas que teve nos últimos anos.

Para o senador, a carga tributária brasileira, de 35% do PIB, é abusiva e injusta.

– Não podemos mais adiar a revisão deste sistema tributário pesado, confuso, injusto e pouco transparente – defendeu o senador.

# Política agrícola precisa ser reformulada, diz Eunício

### Senador alerta que agricultura é um dos setores mais atingidos pelos efeitos da crise financeira internacional e da elevação de juros

EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) afirmou ontem que a política agrícola precisa ser repensada e reformulada. Ele disse que a agricultura é um dos setores que mais sentiram os efeitos da crise financeira internacional e da elevação dos juros.

– Não se trata apenas de uma questão pontual, mas da elaboração de uma nova política com mecanismos mais adequados à economia globalizada – afirmou.

De acordo com dados da Associação Nacional de Amparo Jurídico ao Produtor Rural, comentou o senador, mais de 12 milhões de produtores rurais da região Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo estão endividados, 300 mil deles apenas no Ceará.

– O risco de inadimplência continua alto, porque os custos financeiros subiram e os preços estão em baixa – disse.

Eunício Oliveira disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria junto aos bancos oficiais que operam com crédito rural e todos



Eunício: bancos fazem cobranças e exigências excessivas para o crédito

tiveram suas metodologias de cálculo para operações rurais questionadas. Entre as irregularidades apontadas pelo TCU, estão a cobrança de juros de mora superior ao limite legal; multa acima de 2%; encargos de inadimplência elevados; cobrança indevida de tarifa contratual; e excesso

de garantias nas operações de securitização.

– As garantias exigidas pelas instituições financeiras são um dos maiores entraves enfrentados pelos produtores – opinou.

Para o senador, o sistema de crédito rural precisa ser modernizado com medidas como a reavaliação do patrimônio dos produtores em parâmetros mais justos, a aceitação de outros bens além da propriedade como garantia e a aceitação de garantias de segundo e terceiro grau, para que uma mesma propriedade possa ser instrumento de validação de novos empréstimos.

– O produtor agrícola precisa se precaver de novos prejuízos para que possa se manter no campo e continuar a trabalhar. O setor agrícola é estratégico para o Brasil. E estratégias devem ser as políticas de financiamento, crédito e seguro rurais. Não modernizar o setor é torná-lo inviável. Inviabilizá-lo é inviabilizar o país – declarou o senador.



Benefício alcançaria a compra de equipamentos, defende o senador

## Maldaner sugere dedução no IR para deficientes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a criação de uma lei de incentivo fiscal em favor de portadores de deficiência, a exemplo da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) ou da Lei de Incentivo ao Esporte.

Para o parlamentar, com a vigência de uma legislação desse tipo, a pessoa física ou jurídica poderia abater um percentual determinado do Imposto de Renda devido para a aquisição de equipamentos destinados a portadores de deficiências, tanto para o uso próprio quanto para doação a terceiros.

– Evidente que tais doações devem sofrer rigorosa fiscalização, para que não desaguem na vala comum do assistencialismo barato, nem tampouco sejam vítimas de intenções e ações de interesses escusos – disse.

Casildo Maldaner sugeriu também a elaboração de outra lei, concedendo isenção total de impostos para a pesquisa e desenvolvimento de equipamentos voltados aos portadores de deficiência, para estimular a inovação tecnológica brasileira no setor.

O senador salientou que boa parte dos equipamentos para portadores de deficiências auditivas, visuais, motoras, físicas e mentais – como softwares, computadores, próteses, órteses, cadeiras de rodas especiais – é produzida no exterior. E os preços são altos, afirmou, mesmo quando a produção é no Brasil.

## Governador de Roraima age por vingança, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que o governador de seu estado, José de Anchieta Junior (PSDB), age por vingança ao propor ação judicial para retomada de parte das terras de uma área rural de propriedade do parla-



Mozarildo Cavalcanti

mentar, embora o governo local disponha atualmente de mais de 3 milhões de hectares transferidos pelo governo federal para titulação.

Mozarildo explicou que ainda não foi notificado judicialmente sobre a decisão e ficou sabendo pela imprensa. Mas explicou que as terras em questão foram compradas na Justiça quando ele era um estudante de Medicina e ainda nem exercia atividade política. Mais tarde, outras parcelas

foram adquiridas e incorporadas à propriedade original, disse o senador. Ele explicou ainda que o imóvel está localizado na área rural, e não nos arredores da capital, Boa Vista, como veiculou o governo do estado.

Para o senador, a decisão do governador José de Anchieta Junior foi tomada em represália às denúncias feitas contra sua administração.

O senador Mozarildo Cavalcanti também informou ter encaminhado ofício ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, no qual solicita auditoria nas obras da BR-210, que liga os municípios de Caracaraí e Caroebe.

## Flexa condena fechamento de escritórios da Anac nos estados

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu quarta-feira a manutenção dos escritórios da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos estados. A Anac decidiu centralizar suas atividades em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e, desde



Flexa Ribeiro

o mês passado, vem fechando suas representações em outras capitais. O escritório de Belém deve ser um dos próximos a ter suas atividades encerradas.

Flexa Ribeiro relatou que, em audiência com o diretor de Aeronavegabilidade da Anac, Cláudio Passos Simão, recebeu a informação de que a fiscalização e o atendimento nos estados que perderão os escritórios regionais serão feitos pela internet e pelo telefone.

– Se, com o atendimento presencial, o usuário já fica em situação precária em relação aos serviços oferecidos pelas empresas aéreas, imagine se não tiver um posto da Anac para que ele possa fazer a reclamação – ponderou.

O senador disse que pediu ao líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que interceda junto à presidente Dilma Rousseff por uma solução, para que não se concretize o fechamento dos postos da Anac.

Flexa Ribeiro também comentou reportagem da TV Globo descrevendo a situação de abandono de hospitais públicos de municípios paraenses, devido a desvio de recursos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
 1º vice-presidente: Marta Suplicy  
 2º vice-presidente: Wilson Santiago  
 1º secretário: Cícero Lucena  
 2º secretário: João Ribeiro  
 3º secretário: João Vicente Claudino  
 4º secretário: Ciro Nogueira  
 Suplentes de secretário:  
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Cícero Lucena • Pedro Taques • Vanessa Grazziotin • Gleisi Hoffmann • Ana Rita • Mozarildo Cavalcanti • Aníbal Diniz

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
 Chefia de Reportagem:  
 Teresa Cardoso e Milena Galdino  
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
 Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
 Editor-chefe: Flávio Faria  
 Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle  
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
 Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
 CEP: 70.165-920



Senador defende regime especial para indústria petrolífera do Espírito Santo

## Ferraço quer incluir seu estado no Repenec

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) anunciou a apresentação de projeto (PLS 68/11) que altera a Lei 12.249/11 – que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec). A proposta estende o regime especial a toda a área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que compreende os nove estados nordestinos mais dezenas de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Repenec criou uma “importantíssima política industrial setorial”, mas não incluiu o Espírito Santo, “que é hoje um importante produtor de petróleo e de gás”.

## Fugitivos do Haiti podem estar entre refugiados no Acre

Depois de participar de audiência com o diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Itamaraty, embaixador Ricardo Gradilone Neto, o senador Sérgio Petecão (PMN-AC) se disse preocupado com a situação dos haitianos que abandonaram o país natal e estão na fronteira do Acre. Além de sensibilizado com a situação precária que os refugiados enfrentam, ele disse estar apreensivo com a possibilidade de fugitivos da Justiça estarem entre os acampados.

O senador informou que aproveitará o feriado de Carnaval para visitar pessoalmente acampamentos onde os haitianos estão sendo alojados no Acre.



Sérgio Petecão teme presença de condenados entre os refugiados

“Nunca concordei com a tese de passar à opinião pública a ideia de que nenhuma responsabilidade pelos escândalos que atingiram o Senado, ainda que por omissão, poderia ser atribuída aos órgãos de gestão superior da Casa”, diz senador

# Pedro Simon defende cautela na reforma administrativa do Senado

O SENADO DEU um passo significativo para a moralização da vida pública e política no país com a instituição da Lei da Ficha Limpa, afirmou Pedro Simon (PMDB-RS), mas “isso não deve fazer com que sejam esquecidos episódios recentes que atingiram a instituição e que demandam uma profunda reflexão para que não continuem a acontecer”.

O senador comentou os trabalhos da Subcomissão da Reforma Administrativa da Casa dizendo que o Senado pecou, por muito tempo, pela falta de transparência com o público, a sociedade e com os próprios senadores.

– Por exemplo, com os atos secretos, as decisões de gaveta, as nomeações escusas, favores injustificáveis, violações normativas de toda a ordem – afirmou.

Quando os escândalos vieram à tona, disse Simon, foi apontada a necessidade de modernização administrativa como forma de

passar à opinião pública a ideia de que nenhuma responsabilidade, ainda que por omissão, poderia ser atribuída aos órgãos de gestão superior da Casa.

– Nunca concordei com essa tese e até mesmo fiz o *mea culpa*, porque eu não poderia ter passado ao largo de tamanhas mazelas por tanto tempo sem ao menos saber que elas aconteciam na vizinhança do meu gabinete – afirmou.

O senador lembrou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi contratada para propor formas de modernizar o Senado, mas a própria FGV apontou discrepâncias entre sua proposta original e as alterações feitas quando o texto foi submetido à avaliação dos parlamentares e servidores.

Para Simon, é importante que a reformulação seja feita progressivamente, ajustando a estrutura da Casa às suas reais necessidades. Essa cautela se



Simon: “É a necessidade do serviço que deve determinar o tamanho da estrutura”

impõe, disse, “para evitar o desmantelamento do que é efetivamente necessário, e a fim de que as decisões sejam tomadas seletiva e setorialmente”.

– A necessidade do serviço deve determinar o tamanho da estrutura, não o contrário. Uma reformulação açodada vai levar o Senado a votar um projeto de

cunho corporativista que só contemplará interesses setoriais.

Simon disse ter apresentado um projeto alternativo, que “enfrenta questões nucleares e centrais” sobre o tema. Em apartes, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Wellington Dias (PT-PI) apoiaram o discurso.



Wellington: governo vai reconhecer cursos voltados para a área

## Comunidades terapêuticas têm atuação reconhecida

Wellington Dias (PT-PI) relatou em Plenário sua participação em reunião com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e com representantes de federações de comunidades terapêuticas – clínicas especializadas no tratamento de dependentes químicos.

Segundo o senador, os participantes do encontro obtiveram do ministro da Saúde um compromisso de reconhecimento, pelo governo federal, dos cursos voltados para a formação de profissionais que trabalham nessas clínicas.

Wellington Dias salientou a importância da reunião, por ter sido a primeira vez que um ministro da Saúde debateu publicamente o assunto.

– Durante a reunião, o ministro da Saúde reafirmou o compromisso do governo da presidenta Dilma Rousseff de reconhecer o importante papel das comunidades terapêuticas no tratamento de dependentes químicos. Ali foi feita uma pactuação de como vai se dar esse processo. Foi criado um grupo de trabalho para tratar do assunto e creio que vamos avançar – disse Wellington.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou Wellington Dias pelo pronunciamento.

## Sarney e Maia reforçam sintonia das comissões

O presidente do Senado, José Sarney, encontrou-se ontem com o presidente da Câmara, Marco Maia, para reforçar a disposição de trabalho conjunto entre as duas Casas, principalmente no que se refere à reforma política.

– A visita é para reiterar a disposição de trabalharmos em parceria cada vez mais estreitamente, de modo que nós tenhamos mais proveito. Estamos absolutamente sintonizados e isso é muito bom para o Congresso Nacional – afirmou Sarney.

Marco Maia frisou a intenção de as comissões formadas para debater a reforma política trabalharem em parceria e de maneira “conjunta e articulada”. Ele informou que, depois do Carnaval, haverá uma reunião com os integrantes das comissões da Câmara e do Senado para “afinar o discurso” sobre os temas mais polêmicos, como financiamento público de campanha, voto em lista e voto distrital.

Marco Maia disse ainda que a ideia é a parceria se estender também a outros temas, como o combate à pobreza, a segurança pública e a luta contra as drogas.



Marinor afirma que campanhas estão cada vez mais caras

## Financiamento público é essencial, diz Marinor

Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu a adoção do financiamento público de campanha e reivindicou que essa seja a “estratégia central” da reforma política atualmente em discussão no Congresso Nacional. Segundo a parlamentar, com a forma atual de financiamento, é impossível fiscalizar efetivamente o processo eleitoral.

– Com partidos fracos e sem programa nítido, os candidatos acabam montando máquinas pessoais voltadas para a distribuição de bens, compra de votos e formação de clientela. O abuso do poder econômico, o uso das máquinas públicas nas campanhas eleitorais têm sido uma constante – criticou a senadora.

De acordo com Marinor, no modelo atual, ainda que legalmente, somente parte dos candidatos “recebe milhões dos empresários”, enquanto outros não recebem nada. Ela citou como exemplo as eleições de 2010, que teriam se caracterizado por “campanhas cada vez mais caras, formação escancarada de bancada das grandes corporações e espaço menor para os candidatos de opinião”.

– Diante desse quadro, não tem sentido fazer uma reforma política para que ela seja verdadeira, se a estratégia central não for financiamento público de campanha.

## Destinação do lixo preocupa João Pedro

João Pedro (PT-AM) manifestou sua preocupação com a política de lixo dos municípios brasileiros. Ele participou de audiência pública na Câmara Municipal de Parintins (AM), sobre o tratamento de lixo

sólido, problema que, segundo ele, tem estrangulado a economia da cidade turística, dificultando até mesmo o funcionamento do aeroporto.

– Precisamos compreender que o lixo pode agregar

renda, pode dar qualidade de vida, gerar renda, melhorar as condições das pessoas que vivem na Amazônia – disse João Pedro, incentivando o governo local a assumir o protagonismo em relação à

limpeza da cidade e à educação da população.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a “forma irresponsável” como os resíduos sólidos são tratados em todo o país.

## Secretaria de Comunicação apresenta esclarecimentos a Simon sobre reforma administrativa

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado, Fernando Cesar Mesquita, enviou ontem ofício ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) com esclarecimentos a respeito de questões levantadas pelo parlamentar na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, Simon questionou medidas tomadas pela direção da Casa no âmbito da reforma administrativa. De acordo com Fernando Cesar, as informações enviadas ao senador foram colhidas junto às instâncias administrativas do Senado e repassadas aos veículos de imprensa nos últimos dois anos. Simon recebeu também documento que lista iniciativas já implementadas ou em andamento na administração do Senado e que foram recomendadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Abaixo, a íntegra dos esclarecimentos enviados ao senador.

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) TV Senado, o Rádio Senado, o Jornal do Senado, coisas altamente positivas. E ficou nisso. Não se discutiu, por exemplo, o que dizem alguns, que a estrutura da TV Senado é maior que a estrutura da Globo. Quer dizer, nesse debate, nem se tocou nessa questão."

**EXPLICAÇÃO** A TV Senado é pública, exercendo um papel fundamental para o fortalecimento da cidadania, oferecendo informações sobre a atividade legislativa, programas educativos e de divulgação da cultura brasileira. O papel da TV Senado é diferente da TV Globo ou de qualquer outra emissora privada. Em 2010, ano de eleição, ano em que a atividade legislativa é menos intensa, a TV Senado transmitiu 825 horas e 31 minutos ao vivo das sessões plenárias do Senado e 683 horas e 49 minutos de reuniões de comissão. Em 2009, a atividade registrada ao vivo em Plenário chegou a 1.295 horas e 11 minutos e nas comissões foram gravadas 1.338 horas e 3 minutos. Está 24 horas no ar e transmite para todo o país em TV a cabo, antenas parabólicas e em sinal aberto em 11 capitais, sendo duas em TV Digital. A TV Senado produziu ainda 1.484 programas jornalísticos, educativos e culturais. A força de trabalho da emissora é da ordem de **340 profissionais, entre efetivos e terceirizados. A sucursal de Brasília da TV Globo, que produz três jornais locais, um programa no estilo revista local de 20 minutos e matérias para os jornais e programas da rede nacional, tem em seu quadro 450 funcionários, sendo 200 jornalistas.**

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Nós temos uma tipografia que acho fundamental. Para a Gráfica do Senado, eu dou nota dez: é excepcional, positiva. Agora, não se discutiu o que dizem, que a estrutura da Gráfica é maior que a estrutura da Veja."

**EXPLICAÇÃO** A Gráfica nasceu da necessidade de garantir agilidade e apoio ao trabalho legislativo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Antes de sua criação, as publicações, como Ordem do Dia, avulsos de projetos, anais, *Diário do Senado*, *Diário do Congresso* e *Diário da Câmara*, dependiam da disponibilidade do Departamento de Imprensa Nacional, onde eram impressos esses diários e todas as demais publicações legislativas das duas Casas. A natureza do serviço gráfico do Senado é pública, enquanto da Gráfica da Editora Abril, que edita a revista *Veja*, tem caráter privado. A Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal (Seep), além dos documentos referentes à atividade legislativa, faz a impressão de diversas publicações em braille, especialmente as leis brasileiras, promovendo a inclusão social e o incentivo ao exercício da cidadania. O cunho social também está presente nas obras comercializadas a preço de custo pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

**Seep**

Espaço: por volta de 25 mil metros quadrados. Parte ocupada como parque gráfico. A outra parte está ocupada pelas seguintes unidades administrativas: Secretaria de Estágio; Secretaria Técnica Eletrônica; Secretaria de Relações Públicas; Secretaria de Patrimônio; Assessoria Técnica; Centro de Documentação Multimídia; Coordenação de Atividades Externas; cinco serviços da Secretaria de Recursos Humanos; Programa Senado Verde; e quatro salas destinadas a gabinetes de apoio de senadores.

**Gráfica da Editora Abril (Revista Veja)**

Espaço: cerca de 52.500 metros quadrados

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Criou-se um serviço de Museu, um serviço de Museu, cuja estrutura, se vocês virem – estou distribuindo esse livro em que faço toda essa análise –, o serviço de Museu nosso, vocês vão ver, tem a estrutura de um museu da República. E o que é o serviço de Museu? São as peças que vieram do Palácio Monroe e que, quando demoliram o Palácio Monroe, elas vieram e, vocês vão ver, estão umas aqui e outras ali."

**EXPLICAÇÃO** Na estrutura administrativa atual do Senado Federal, bem como nas propostas até o momento apresentadas, inclusive o relatório apresentado na CCJ/2010, o Museu do Senado é um serviço com apenas uma chefia e uma equipe mínima de servidores. O Museu do Senado foi instituído, em 1987, por iniciativa do senador Itamar Franco com a finalidade de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do Senado. O acervo tem peças em estilo neoclássico e Luís XVI, mobiliários das sedes do Senado no Rio de Janeiro, documentos históricos, objetos da época do império. É responsável por zelar pela pinacoteca da Casa, composta de 600 obras de arte.

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Hoje, se vocês repararem a Polícia do Senado, vocês podem determinar que... Hoje, nós temos o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia do Senado, quer dizer, é uma estrutura impressionante! Criaram um negócio tipo SNI, um serviço de inteligência, para ver, para investigar".

**EXPLICAÇÃO** A Polícia do Senado, tal como ocorre com a Câmara dos Deputados, desempenha seu papel atuando na segurança dos senhores parlamentares, das dependências da Casa e nas mais diversas oportunidades de manifestações tanto nas áreas internas quanto externas do Parlamento brasileiro, palco das importantes decisões nacionais. A existência de uma polícia legislativa está diretamente relacionada ao conceito de garantia da independência dos Poderes.

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) É uma coisa fantástica o que aconteceu. A questão dos atos secretos, as nomeações que existem, o número de funcionários que ganha bem mais do que nós, senadores, são coisas... Não sei qual é o número, Suplicy, de funcionários que temos, com os terceirizados. Dez, 12, 13 mil?"

**O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)** "São mais de 10 mil."

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Hoje, são 13 mil funcionários. Treze mil funcionários! Nós temos, praticamente, para cada Senador, dez vezes mais funcionários que um Deputado tem, e a coisa chegou ao limite da deterioração."

**EXPLICAÇÃO** - Desde junho de 2009, os Atos Administrativos utilizam sistema que garante a publicação automática no Boletim Eletrônico Administrativo de Pessoal, não havendo mais possibilidade de esses atos ficarem retidos em instâncias administrativas, uma vez inseridos no sistema.

- O valor do salário de senador: R\$ 26.723,13.
  - O último nível do padrão de vencimento para o cargo de consultor legislativo e advogado é R\$ 25.003,21.
  - O último nível do padrão de vencimento para o cargo de analista legislativo é R\$ 20.900,13.
  - O último nível do padrão de vencimento para o cargo de técnico legislativo é R\$ 14.421,75.
- Segundo levantamento de 2 de março de 2011 do Sistema Ergon, o Senado Federal possui uma força de trabalho de **5.747 servidores** – 3.401 efetivos e 2.346 comissionados – e **3.158 terceirizados**.

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Então, é uma série de coisas que acontecem. Por exemplo, fato para o qual a gente chama a atenção: vota no Plenário. Aconteceu várias vezes, Senador Suplicy. Então, votamos no Plenário. Está em votação, no Plenário, as conclusões da Ata da reunião executiva do dia tal. A gente vota. Para a reunião da Executiva da Mesa do dia tal, foram criados não sei quantos cargos, que a gente nem tem conhecimento! A gente nem tem conhecimento do que aconteceu. (...) A reunião da Mesa já é assim, muitas vezes, quer dizer, a Mesa vai, depois, os caras passam a colher as assinaturas. Vota-se no Plenário sem se saber, absolutamente, o que se está votando. (...) Então, há um descontrole total, absoluto – absoluto! – com relação a essa questão. (...) As coisas são feitas, estão andando, a gente não toma conhecimento, ninguém quer saber. A gente não quer saber das decisões da Mesa, das decisões da comissão. A gente não toma conhecimento. As coisas acontecem e a gente não tem nenhuma participação".

**EXPLICAÇÃO** As atas das reuniões da Mesa e da Comissão Diretora do Senado Federal são assinadas, em conjunto, por seus membros e publicadas no *Diário do Senado Federal* e no Boletim Administrativo de Pessoal. No âmbito da própria Comissão Diretora, foi deliberado na reunião de 10 de fevereiro de 2010 a distribuição de pauta com antecedência de 48 horas. Já desde a gestão de 2009/2010 qualquer projeto de resolução que versou sobre atos administrativos da Casa citou expressamente o ato e seu objeto, além de trazer o seu inteiro teor em anexo.

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Se o presidente Sarney diz que essa questão foi resolvida (reforma), não é verdade. Não foi feito nada. Foram feitas umas modificações aqui, acolá, com relação a cargo etc., mas, sobre toda aquela discussão que foi feita, absolutamente nada aconteceu."

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) Com toda sinceridade, vi uma entrevista do presidente do Senado a um blog muito grande, em que ele diz que essa matéria já está resolvida, que a reforma já foi feita, que está tudo bem, que não sei o quê. Com todo o respeito, não é verdade. Foram feitas algumas modificações, mas nada que diga respeito à seriedade, à gravidade desse assunto do Senado."

**SENADOR PEDRO SIMON** "(...) A cada ano aparece uma crise em que o Senado vai para a página policial. E fica um tempão na página policial. Depois, não sei o quê, não sei o quê, e sai. Mas nós nunca resolvemos. Nós nunca resolvemos até agora o que tínhamos obrigação de resolver. Então, isso é muito sério. É muito sério."

**EXPLICAÇÃO** Itens explicados em todo o documento e também na Revista *Biênio da Transparência e da Cidadania – 2009/2010*, editada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs).

## Algumas iniciativas já implementadas ou em andamento, inclusive acatando recomendações da Fundação Getúlio Vargas

A reforma administrativa do Senado Federal constitui um conjunto de iniciativas em andamento no que vai além do PRS 96/09 em tramitação na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ). Desde 2009, a Mesa vem adotando uma série de medidas, materializadas em atos e resoluções internos, que já alteraram profundamente o perfil administrativo da Casa, imprimindo uma nova realidade de transparência e modernidade. Muitas dessas iniciativas nasceram de recomendações sugeridas pela própria Fundação Getúlio Vargas.

**1. Instituição do Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal (ProResultados-SF)**

O Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal (ProResultados-SF) integra um conjunto de ações com o objetivo de transformar a gestão administrativa do Senado Federal, reduzindo custos e melhorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, aos senadores e ao público interno em todas as áreas administrativas e legislativas, mediante a utilização de metodologia de administração por resultados.

**2. Criação do Portal da Transparência**

O Portal da Transparência foi instituído pelo Ato da Comissão Diretora 12/09, em 7 de julho de 2009.

**3. Realização de auditoria externa da folha de pagamentos**

O presidente do Senado, José Sarney, solicitou, em 2009, auditoria do Tribunal de Contas da União na folha de pagamento do Senado. Desde o dia 1º de setembro de 2009, a Secretaria de Recursos Humanos, por delegação do diretor-geral, acompanhou e coordenou, em conjunto com o Controle Interno, Advocacia e Financeira, a coleta, organização e fornecimento das informações solicitadas pelos auditores do tribunal. No exercício dessa missão delegada, a Serh assumiu a condição de interlocutora com os auditores do TCU, fornecendo tempestivamente todas as informações solicitadas e, ainda, prestando os esclarecimentos necessários para suprir

as dúvidas e questionamentos da equipe de auditoria. Entretanto, conforme se extrai do próprio acórdão do TCU, aquela corte "ainda não se manifestou sobre o mérito da matéria", uma vez que analisa as contra-argumentações juntadas ao processo.

**4. Reestruturação da área de controle interno do Senado**

- Acesso ao sistema de gerenciamento de recursos humanos do Senado Federal – Ergon.
- Levantamento de necessidade de relatórios gerenciais.
- Reuniões sistemáticas entre as áreas e o Controle Interno.

**5. Revisão dos processos e mecanismos de decisão e controle relacionados a aquisições e contratos**

Para aperfeiçoar os procedimentos de contratações e aquisições, o Senado instituiu, em 2010, novo regulamento de compras e contratações, mediante ato da Comissão Diretora, incorporando as melhores práticas recomendadas pelo TCU. O sistema adotado para controle dos contratos foi aperfeiçoado e o Senado intensificou o uso do pregão eletrônico, que amplia a disputa e permite a participação de maior número de empresas de diversos estados. Nessa nova gestão, está sendo desenvolvido um projeto de coordenação e supervisão de todo o sistema, com fixação de indicadores e metas e atribuição de responsabilidade.

**6. Elaboração de novo Plano de Cargos e Carreiras para o Senado Federal**

- Adoção do novo Plano de Carreira – Lei 12.300/10.
- Extinção de 2.064 gratificações, funções comissionadas e cargos.

**7. Redução do pagamento de horas extras**

Com a adoção do novo plano de carreira, o Senado reduziu o pagamento de horas extras, que passaram a depender de autorização prévia e expressa da Diretoria-Geral. O valor caiu de R\$ 6,8 milhões, em novembro de 2009, para R\$ 700 mil,

em outubro de 2010.

**8. Plano Diretor de Tecnologia da Informação**

O Prodasen instituiu em 2008 o Programa de Governança e Gestão em decorrência de seu plano estratégico e em consonância com as recomendações do TCU para governança de tecnologia da informação – TI. Definiu em 2010 o portfólio de projetos prioritários de governança, que inclui dois projetos relacionados a planejamento estratégico de TI: planos táticos de TI do Senado Federal e implementação do Comitê de TI do Senado Federal. O Prodasen já assessorou a Secs, a SGM e a Serh na elaboração de seus planos estratégicos, permitindo a construção dos seus respectivos planos de TI. Adicionalmente, todos os projetos de TI são norteados pelo plano estratégico do Prodasen. A meta é concluir a elaboração dos planos setoriais e viabilizar a constituição do Comitê de TI do Senado ainda no primeiro semestre de 2011, quando, então, consolidaremos o plano estratégico de TI do Senado Federal.

**9. Lotação ideal**

Na reunião 10 de fevereiro de 2011, a Comissão Diretora determinou à administração "apresentar estudos sobre a definição da lotação ideal dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Senado". Esse projeto está em andamento desde 2010, quando a Secretaria de Recursos Humanos encaminhou processo – nº 015.446/10-7 – cujo objetivo geral é traçar o perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho dos servidores efetivos do Senado, incluindo a Seep e o Prodasen. O projeto prevê a identificação do número de terceirizados e estagiários e as atividades que realizam em cada setor. Busca-se levantar a necessidade de cargos para serem providos por meio de concursos públicos nos próximos cinco anos.

**10. Controle eletrônico de frequência e banco de horas**

O sistema de controle eletrônico de frequência foi implantado em 1º de fevereiro de 2010. Foram estabelecidas normas

disciplinando a jornada de trabalho, os plantões e as escalas de serviço. Desde 1º de março, o Senado está implantando o sistema biométrico para apuração da frequência dos servidores. O sistema já está funcionando, em caráter experimental, na Secretaria de Recursos Humanos, na Secretaria de Assistência Médica e Social, na Polícia Legislativa do Senado e no Prodasen.

**11. Definição de nova política de comunicação social**

A Comunicação Social do Senado definiu, após cinco meses de intenso trabalho, um plano estratégico com diretrizes para o período de 2010 a 2018. Foi instituído um escritório de gestão estratégica, com servidores da própria Secretaria de Comunicação Social, responsável por gerenciar as iniciativas e os projetos estratégicos. Estão agendadas revisões formais do plano estratégico a cada dois anos, sem prejuízo dos ajustes contínuos e dinâmicos, introduzidos ao longo da execução e previstos na própria metodologia.

**12. Otimização do uso das edificações do Senado**

Está em estudo ato normativo para tratar de espaços no Senado Federal.

**13. Unificação dos setores de recursos humanos, financeiro e de compras do Senado Federal**

Em cumprimento ao Ato 44/09 do 1º secretário, em maio de 2010 foi efetivada a unificação das unidades de RH, financeiras e de compras do Senado, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e do Prodasen, com a distribuição dos servidores e dos recursos materiais para as áreas correspondentes no Senado Federal. A unificação permitiu a racionalização de procedimentos e rotinas administrativas e possibilitou a padronização da interpretação normativa, bem como a geração de uma única folha de pagamento para todos os servidores, independentemente da lotação.